



Anais da Assembléia

N.147

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 17 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

RESOLUÇÃO N. 161/85

Data: 17 de dezembro de 1985.

SÚMULA: Regulamenta a aplicação, os dispêndios, os registros contábeis dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art.1.º- Os recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Paraná poderão ser despendidos com auxílios para entidades de serviços e assistência social e em despesas de capital.

§ 1.º- Os processos serão relatados pelo Primeiro Secretário e deliberados pela Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2.º- A Coordenadoria de Contabilidade da Diretoria de Apoio Técnico emitirá autorizações de pagamento, que serão levadas a débito da Receita Patrimonial, após a deliberação da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art.2.º- Os recursos da Receita Patrimonial deverão ser depositados e aplicados de acordo com a Resolução n. 1893, de 12 de março de 1985, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em agências do banco do Estado do Paraná S.A.

Parágrafo Único- Os registros contábeis deverão demonstrar o arrecadado no dia, no mês e ano, permanecendo os valores arrecadados num exercício para utilização em exercícios seguintes.

Art.3.º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "DEZENOVE DE DEZEMBRO",
em 17 de dezembro de 1985.

(a) NILSO SGUAREZI
Presidente.

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 126.ª SESSÃO ORDINÁRIA
(CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA)
REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 1985
TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Odeni Mongruel.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson

Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zahuusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE -(Anibal Khury)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi)- Em votação a ata que acaba se ser lida. Aprovada.

O SR. IVAN GUBERT - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi)- A Mesa defere.

O SR. FIORI LUIZ - (Pela Ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE -(Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

38 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência procederá a verificação de votação da ata da sessão anterior, atendendo a solicitação do Senhor Deputado

Ivan Gubert.

(É procedida a verificação de votação).

30 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. Aprovada a ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente. Requeiro, após ouvido o Plenário, dispensa da votação da Redação Final aos projetos aprovados em 3.ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Ney Rebello Guimarães, ocorrido no último dia 08 de dezembro.

Cumpra-se, neste momento, o doloroso dever de comunicar a este Poder Legislativo, o falecimento do Ilustríssimo Senhor Ney Rebello Guimarães, ocorrido recentemente.

Nascido no dia 30 de agosto de 1913, Ney Rebello Guimarães, chegou para residir no Município de Peabiru há mais de vinte anos atrás. Numa época em que apenas tinha-se o início do processo desenvolvimentista, marcado sobretudo pela derrubada das extensas áreas verdes, assim como o cultivo da terra, Ney Guimarães, como pioneiro, demonstrara, já naqueles idos, grande respeito e admiração por aquela região.

Não existem dúvidas. A história de Peabiru confunde-se também com a própria presença de Ney Guimarães, Serventuário da Justiça, possuía um cartório. Suas atividades profissionais caracteriza-se, sempre, por uma postura honesta, rica em exemplos, repleta de generosidade, envolta nos verdadeiros preceitos da justiça, no respeito ao ser humano e na fé cristã.

Sua vida, durante todo o seu curso, particularmente, para aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver, o colocou sempre numa condição singular. Poucos são os homens que se pautaram por um comportamento onde a dignidade ficasse, em todos os instantes, acima de qualquer outra coisa.

Deste modo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito a transcrição nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Ney Rebello Guimarães, cujo falecimento não deixou apenas transtornada sua esposa Enydia Leal Guimarães, suas filhas Helena Guimarães, Gilda Helena Guimarães Urbiski e parentes; mas toda a sociedade peabiruense que, ao longo de todos estes anos, aprendeu com ele inúmeras lições de honestidade e firmeza de caráter.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado voto de pesar pelo falecimento do Senhor ISSA JABUR.

ISSA JABUR, irmão do Prefeito de Porecatu, JOSÉ JABUR, é pioneiro em Porecatu e de reconhecida estima pela população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a consignação de um voto de pesar pelo falecimento do Senhor OSMAR CARDOSO, ocorrido em data de ontem, 16 de dezembro, nesta Capital. Era funcionário contratado do Tribunal de Justiça do Estado, atuando na 8.ª Vara Criminal. Desaparece prematuramente (42 aos), deixando viúva Dona Maria Eli Sanches Cardoso. Não tinha filhos e seu enterro ocorreu ontem, no Cemitério Jardim da Saudade.

Pede-se dar ciência do presente requerimento à esposa do falecido, residente à Rua Professora Alzira Pirat Corrêa, n. 3177.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) ERVIN BONKOSKI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, voto de congratulações pela realização do Campeonato de Pelada, 85, com a participação de 353 equipes, ao Senhor NELSON DOMINGOS COMEL, intitulado "O Rei do Peladão".

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

A realização do Campeonato de Pelada, promovido por NELSON COMEL, é o incentivo

necessário para um maior desenvolvimento deste esporte já tão difundido entre nós.

No entanto, dentro dos moldes ocorridos, demonstra em evento a forma correta de realização, bem como os resultados extremamente benéficos ao esporte paranaense, bem como, às próprias relações sociais.

Nada mais justo, portanto, do que nos congratularmos com o inventor do fato, juntamente com os nossos votos de que no próximo ano seja realizado, e com o dobro do brilho, este encontro do futebol paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor João Olivir Gabardo, congratulando-o pela vitória na eleição que escolheu o novo Presidente do Tribunal de Contas.

João Olivir Gabardo, ex-Deputado, é um homem público de carreira excepcional e irrepreensível; de sensibilidade profunda e de reconhecida liderança.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja reivindicado junto ao presidente da Itaipu Bi-Nacional, General Ney Braga por meio do presente, o atendimento das solicitações para o reassentamento de agricultores sem terras às margens do Lago de Itaipu.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

É por um imperativo de consciência que temos o dever de, como Parlamentar, representar e defender aquelas reivindicações paranistas fundamentadas nos princípios da justiça e do bem estar social.

O atendimento da reivindicação é viável porque há uma área de 25.514 (vinte e cinco mil e quinhentos e quatorze) hectares disponível ao longo da margem do lago de Itaipu, segundo dados constantes da proposta que a Federação da Agricultura do Paraná apresentou ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná, e que merece a imediata aprovação do Governador José Richa. Como Presidente daquele Conselho, o Governador determinou a criação de um grupo de estudos, com prazo de 60 (sessenta) dias para que apresente o seu parecer de viabilidade técnica e econômica, devendo o assunto voltar à reunião

que o referido Conselho realizará no início de fevereiro. Nesta oportunidade, também será conhecido o pronunciamento do Ministério da Reforma Agrária a respeito.

Esta área disponível permitirá o assentamento de 3.600 (três mil e seiscentas) famílias de agricultores sem-terras, num total de 18.000 (dezoito mil) pessoas. De um ponto de vista social, esta utilização permitirá uma solução satisfatória, justa e pacífica de parcela dos agudos e inadiáveis problemas que afligem uma parte da população paranaense. A necessidade de uma solução imediata impõe-se, pois a considerar os noticiários dos jornais, 60 (sessenta) famílias a comparem junto às margens do Lago de Itaipu desde o dia 21 de outubro próximo passado. A experiência histórica nos ensina que, se não forem adotadas medidas eficazes em tempo hábil, situações como estas podem facilmente se agravar e resultar em conflitos de consequências imprevisíveis. Tal situação exige, por si só, um posicionamento claro e definitivo da Diretoria da Itaipu Bi-Nacional, ainda mais tendo em vista que a sua Presidência é exercida por um paranaense, ex-Governador do Estado, ex-Senador e ex-Ministro, e que por isso mesmo deve ter indispensável sensibilidade em relação a um problema desta magnitude.

Além disso, a proposta da FAEP deixa claro que o declive do terreno considerado como área de proteção do Lago de Itaipu é de apenas 10% (dez por cento). Tal dado possibilita o cultivo de arroz irrigado, sem criar problemas de erosão e sem poluir as águas do Lago, uma vez que o declive é tênue e porque este tipo de cultura dispensa a utilização de defensivos químicos.

De um ponto de vista econômico, o custo da implantação deste projeto, seria de 302 (trezentos e dois) bilhões de cruzeiros, investimento altamente rentável a curto prazo, considerando-se o valor da produção e as possibilidades de se contar com os recursos do "Pro Várzeas", e com os financiamentos de bancos como, Banco Nacional de Crédito Rural, Bamerindus, Banestado, etc.

Ainda de um ponto de vista econômico, o uso da área permitiria uma produção de 153.000 (cento e cinquenta e três mil) toneladas/ano de arroz irrigado, gerando uma receita de ICM da ordem de 32 (trinta e dois) bilhões de cruzeiros.

Mais viável se torna ainda a ocupação da área em questão, se for considerada a sugestão de se aproveitar uma faixa de 20 (vinte) metros, às margens do Lago, para um projeto de reflorestamento com espécies frutíferas, com preferência para o cultivo de frutos cítricos. Assim estaria se criando uma nova fonte alimentar e tornando possível o surgimento de indústrias

de sucos, de adubos orgânicos e de extração de peptina, para a farmacologia, isso sem falar em como tal produção contribuiria para recuperarmos a nossa posição no mercado internacional de essências aromáticas. Este reflorestamento com cítricos e outras espécies frutíferas, sem prejuízo da atividade principal de cultivo de arroz, é perfeitamente viável, pois existe linha de crédito específica para tal finalidade.

E, finalmente, nenhum paranaense e nenhum brasileiro pode ser insensível à imensa dívida social que a Itaipu Bi-Nacional tem para com o Paraná. As águas da barragem inundaram 83.500 (oitenta e três mil e quinhentos) hectares de terras de grande fertilidade e provocaram, entre outros prejuízos:

- a expulsão de 8.500 (oito mil e quinhentas) famílias de agricultores num total de 42.000 (quarenta e duas mil) pessoas, de acordo com os dados oficiais que, sabidamente, subestimam os prejuízos sociais e econômicos ocorridos;
- migrações em massa para o Paraguai, numa última e desesperada tentativa dos colonos em manter os seus vínculos com a terra;
- migrações para a periferia das grandes cidades, dentro e fora do Estado, engrossando os bolsões de miséria urbanos;
- perda da produção agrícola da ordem de 200.000 (duzentas mil) toneladas/ano, num total de 31 (trinta e um) bilhões de cruzeiros de receita de ICM;

- perdas irreparáveis para os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Medianeira, Matelândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon e Guaíra.

Estes prejuízos, estas perdas e esta dívida social não podem ficar sem serem resgatadas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de ofício ao Senhor Deni Lineu Schwartz, DD. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja iniciado com a máxima urgência o asfaltamento da Rodovia PR-484, no trecho que liga os municípios de Queda do Iguaçu e Três Barras do Paraná.

Tal pedido se faz, tendo-se em vista que aquela estrada encontra-se em estado deplorável, dificultando o escoamento da produção agrícola da região.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente à Excelentíssima Secretária de Estado da Educação, para que a mesma autorize a construção de uma nova unidade escolar estadual de 5ª a 8ª série do 1º Grau, na cidade de Matinhos.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) NESTOR BAPTISTA.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação prende-se ao fato da cidade de Matinhos contar apenas com um único Colégio Estadual, não comportando porém os alunos do próprio Município, bem como os que vêm das 4.ªs séries das Escolas Municipais.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de ARAPOTI, Doutor LUIZ FERNANDO DE MASI, cumprimentando-o pela data que assinala a 18 do mês em curso as comemorações alusivas ao 30º Aniversário daquele promissor Município, cuja programação iniciada a 14 p. passado, conta de intensa atividade, e que vem refletir aspectos puramente regionais de cunho sócio-cultural-religioso de sua gente e de sua efetiva contribuição no desenvolvimento do Município e de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral/TRE, solicitando providências com vistas a liberar os títulos eleitorais que, desde 1982, encontram-se sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Centenas de eleitores dos municípios de Londrina, Cambé, Ibiporã, Cornélio Procopio e Assaí encontram-se desprovidos dos seus respectivos títulos de eleitor, em virtude dos mesmos terem sido retidos pela Justiça Eleitoral.

Acontece que algumas seções eleitorais destes Municípios sofreram processos de impugnação, o que acarretou protelação da incineração e conseqüente liberação dos títulos dos eleitores que, por várias razões, tiveram seus títulos retidos no interior de urnas de votação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Conselho Nacional do Petróleo (CNP), solicitando a realização imediata de estudos, visando ao barateamento dos óleos combustíveis vendidos aos pequenos agricultores, conforme teor de antiga reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e do Sindicato Nacional dos Transportadores-Revendedores Retalhistas de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene.

Tal barateamento, calculado em torno de Cr\$24,00 (vinte e quatro cruzeiros) por litro, seria de extrema importância para os pequenos agricultores, os quais estão atualmente descapitalizados, em face das últimas adversidades climáticas, principalmente no tocante aos Estados do Sul.

Por outro lado, as constantes subidas de preço dos combustíveis vem determinando o recrudescimento da gravidade da situação no campo, ainda mais se levarmos em conta a crescente mecanização no setor agrícola.

A verdade é que muito se tem falado em "nova política agrícola", mas até ao momento estão faltando ações práticas das autoridades, no sentido de exteriorizar as teorias que têm sido propaladas. O que se tem verificado efetivamente, é uma preocupação por parte dos Presidentes de Sindicatos vinculados ao setor agrícola, reivindicando pelo retorno ao campo dos enormes lucros que a União arrecada com os produtos do campo, que são, como é sabido, preponderantes nas nossas pautas de exportação.

As reivindicações são de pequena monta, mas representam no total das despesas vultuosas que os agricultores pagam pela sua atividade, uma redução sensível de custos. Solicito, portanto, às autoridades que compõem o Conselho Nacional do Petróleo, a necessária sensibilidade para que determinem no mais breve espaço de tempo, as medidas cabíveis no sentido de proporcionarem essa liberalidade ao setor agrícola, principalmente tendo em vista o retorno econômico que o campo encaminha.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Igarassu Landucci Lousada, parabenizando-o pela eleição e posse, a ocorrer neste dia 21 de dezembro, na Presidência da Associação Comercial e Industrial de Londrina.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Pela importância que exerce hoje a ACIL na comunidade não só londrinense mas de todo o Norte do Paraná.

O Senhor Igarassu Landucci Lousada, empresário atuante e dinâmico, dará continuidade ao desempenho já tradicional de gestões bem sucedidas, como são exemplos as mais recentes exercidas por Nilo Dequech e Edson Heringer.

A ACIL sempre teve uma postura democrática nas questões que dizem respeito à sua esfera de atuação. Tem inclusive se caracterizado como espaço aberto de debates comunitários, como são exemplos o Ciclo de Debates sobre a Constituinte, as discussões no ato oficial de lançamento da Comissão Provisória Municipal do PCB, as discussões, em torno do Sistema de Transportes coletivos, Urbanos.

Por tudo isso, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Paraná parabenize-se com o Senhor Igarassu Landucci Lousada e demais membros da diretoria eleita, externando seu reconhecimento ao trabalho profícuo desenvolvido pela diretoria que encerra seu mandato, dirigido pelo Senhor Edson Heringer.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja solicitado aos Excelentíssimos Senhores JOSÉ RICHIA, Digníssimo Governador do Estado, e DENI LINEU SCHWARTZ, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, o envio a este Poder, com urgência, do Plano Estadual de Transportes Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

É urgente a necessidade de ordenar e sistematizar o Setor de Transporte Coletivo Intermunicipal de passageiros em nosso Estado, sem dúvida alguma de relevante interesse público.

Como a matéria é complexa e sabe-se que o DSTC, vem realizando estudos neste sentido, é conveniente que tenha o Poder Legislativo, tempo hábil para discutir e votar a matéria.

Assim, o recesso parlamentar seria sobremaneira conveniente para que pudesse verificar in loco, as propostas que o Governo tem a apresentar a fim de sistematizar aquele setor, onde o interesse público, transcende ao das empresas e dos pró-

prios órgãos governamentais envolvidos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente à Excelentíssima Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, Digníssima Secretária de Estado da Educação, solicitando a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual "General Antônio Sampaio" - Ensino de 1.º Grau em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual "General Antonio Sampaio", está a reivindicar a instalação de um aparelho telefônico.

Isto deve-se ao fato de que, nos dias de hoje, a necessidade é premente, uma vez que viria auxiliar a comunicação com repartições, das quais depende o bom andamento dos trabalhos daquele estabelecimento de ensino.

Espera-se, portanto, que essa Secretaria de Estado da Educação atenda, o mais breve possível, o que ora é solicitado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Doutor AFFONSO ALVES DE CAMARGO NETTO, parabenizando-o pela instituição, através do projeto de lei de sua autoria, do VALE-TRANSPORTE, sancionado ontem pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República JOSÉ SARNEY, medida que se constitui de alto alcance social e que virá beneficiar um total de 11 milhões de trabalhadores em todo o País, concretizando assim, antiga aspiração da classe.

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) ODENI MONGRUEL.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, inscrito. Havendo declinado, concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

É com satisfação que a Casa recebe, nesta tarde, visita dos Diretores do Sindicato de Taxistas de Curitiba, condutores de veículos autônomos, e da Associação de

Motoristas de Taxi de Piraquara, que vêm a esta Casa acompanhar o processo de votação, já em 2.ª Discussão, sob o número 336/85, que institui o imposto sobre propriedade de veículos automotores.

Com a preocupação levantada pelos dirigentes dos taxistas, de corrigir a falha do projeto original, que era omissa no que dizia respeito a isenção nesse novo imposto, a exemplo do que já ocorria na Taxa Rodoviária Única, a essa categoria dos condutores autônomos, e taxistas. Como também, levantada ontem pelo Senhor Deputado Erondy, e devidamente hoje em regime de apreciação e votação das emendas de vários Deputados da Casa, que procuram corrigir, portanto, esta falha do projeto original. Tenho certeza que todos os Deputados da Casa deverão acompanhar a aprovação e votando pela aprovação, não só do projeto como da emenda que corrige a falha anteriormente existente.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, ocupamos esse Pequeno Expediente para comunicar aos Senhores Deputados que tomamos a iniciativa de encaminhar à Mesa uma emenda ao Projeto de Lei n.244/85, a emenda substitutiva, que diz respeito ao novo Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná, de autoria do nobre Deputado Hermas Brandão, no sentido de que no artigo 4.º fique incluída também a transferência dos Municípios de Jataizinho, Frei Timóteo e São João, da Comarca de Uraí para a Comarca de Ibiporã.

Aliás, como previa inicialmente na mensagem do Governador José Richa, remetida a esta Casa e que posteriormente sofreu, através de uma nova mensagem, uma modificação.

Em terceiro lugar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para fazer um breve comentário no sentido de registrar, nesta Casa, a intervenção pronta do Governo do Paraná, a partir da tarde de ontem, já vinha acompanhando, mas a partir da tarde de ontem, hoje mais precisamente, no processo, no problema da greve dos trabalhadores da construção civil, em Londrina, Cambé e Ibiporã. A Secretaria de Trabalho do Governo do Estado, destacou um funcionário que está, nessas alturas, procurando intermediar a negociação entre trabalhadores e empresas da construção civil naquela região.

Lamentamos mais uma vez nesse sentido que registramos aqui, o fato de ainda persistir uma legislação autoritária, arbitrária do passado, que é a Lei de Greve, que jogou absurdamente na ilegalidade um movimento que é legítimo pelo seu anseio, legítimo pelas reivindicações, e legítimo inclusive na condução. A não ser a falha na condução por parte do Sindicato dos

Trabalhadores legalmente eleitos mas omisso, para no Horário próprio da Liderança do Partido Comunista Brasileiro, abordamos novamente os aspectos relativos aos Projetos de Lei n.317 e 327, da Anistia Fiscal, e do Lançamento de Obrigações de Letra do Tesouro Estadual que estão já, hoje, pelo menos um deles, em votação de Redação Final.

Deixaremos para comentar e solicitar novamente a atenção dos Senhores Deputados, nesse horário.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezzi) No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Talvez pudéssemos, nesta Casa Legislativa, seguir o Conselho de Capistrano de Abreu, que à sua época, disse não precisar do Brasil, para tomar o rumo de sua destinação histórica, de mais de uma lei com apenas dois artigos: O artigo primeiro diria: "É preciso que se tenha vergonha na cara"; o artigo segundo arremataria: "revogam-se as disposições em contrário".

Aqui mesmo no Paraná todos aqueles que ainda acreditam que pode ser humano conservar os atributos de sua dignidade e a capacidade de envergonhar-se diante da mentira, da hipocrisia e da demagogia, têm sido ultimamente muitas oportunidades de avermelhar-se de raiva, de vergonha e de indignação. Na última campanha política basta ligar a televisão no horário gratuito do Tribunal Regional Eleitoral para ter-se dentro de nossas casas a imagem patética, sem retoques ou maquiagem, de que o retorno à democracia, depois de um longo período no qual ela foi escondida pelos desvios e pelos descaminhos de um regime ditatorial, pode também ser penoso, triste e melancólico. Nessa volta à democracia, parece que muita gente esqueceu pelo caminho, os princípios de sua luta e os suportes de sua responsabilidade.

Desta tribuna, em nome desses princípios pelos quais tem o PMDB lutado, à custa mesmo do sacrifício de muitos companheiros que foram duramente atingidos pelo caminho, faço um apelo aos meus companheiros de partido e a todos aqueles que hoje se encontram investidos da autoridade de cargos públicos e imbuídos do espírito de mudanças. É preciso que se restabeleçam em nosso País de imediato, já, agora! - a honra, a vergonha, a dignidade. E que o desrespeito à lei, o crime e a bandalheira não fiquem apenas como motivos para conversas de esquinas e sirvam para aumentar o descrédito do povo nos políticos, nas

autoridades e nas instituições.

Apelo, pois, aos meus companheiros de bancada para que tomem posição definida no sentido da aprovação do Projeto de Resolução de n.203/84 que dará o arremate oficial ao relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito que apurou irregularidades na administração pública do Paraná. Essa CPI, instalada em 09 de agosto de 1983 e encerrada em 04 de dezembro de 1984, trouxe à baila fatos irregulares que chegaram a configurar crimes e que, por isso mesmo, foram encaminhados à Procuradoria Geral de Justiça de nosso Estado. Até agora não se tem notícia sequer de uma denúncia que tenha prosperado, quando houve caso em que o crime foi até mesmo confessado por seu autor e quando esse autor exercia, à época de sua prática, as funções de Secretário de Estado. O ex-Secretário da Secretaria de Estado da Cultura e Esporte chegou a confessar que falsificou documentos neles apondo as assinaturas de Prefeitos Municipais e Diretores de Clubes esportivos. Confessou, foram realizados exames periciais que constatarem as falsificações... e até agora nada! Também a Procuradoria Geral do Estado não promoveu as ações que a ela cabiam promover.

Convém lembrar que a CPI foi instalada com base no preceito constitucional previsto pelo artigo 19 da Constituição do Estado, que repete idêntica norma da Constituição da República, e, além desse respaldo de normas da maior hierarquia legal, que a legitimaram e a fazem merecedora de todo o respeito, também os atos por ela praticados assim o foram na forma prevista pelo Código de Processo Penal, aplicado por força do que determina a Legislação Federal...

As testemunhas ouvidas prestaram compromisso legal, inclusive o próprio ex-Secretário que confessou o ilícito praticado.

Não há porque tanta demora na apuração da responsabilidade criminal e da responsabilidade civil, desses maus administradores que se valeram dos cargos ocupados, para realizar as suas falcaturas e negociações, e deixarem, sem pejo algum, os rastros de sua improbidade. Qualquer detetive amador, até os menos avisados, perceberia a olho nu as pistas escandalosas dos desvios de conduta desses desavergonhados. Por que seria então que os órgãos encarregados dessa responsabilização não enxergam tais fatos. Será porque não querem enxergar? Por que será que a Procuradoria Geral de Justiça andou encaminhando os expedientes da CPI para a abertura de inquéritos policiais, quando os fatos já haviam sido investigados por um inquérito parlamentar realizado pelo próprio Poder Legislativo?... Seria um descaso para com os atos

deste Poder?... Seria uma desconfiança nos resultados aqui produzidos?... ou seria uma forma de protestar as denúncias, quando é sabido que estas podem ser até mesmo oferecidas com base em documentos alheios ou obtidos pelo Ministério Público de outras fontes que não os inquéritos investigatórios, policiais ou parlamentares. Não se justifica, de forma alguma, a demora das ações penais que acabam ficando na expectativa popular e dormitando esta, junto com os relatórios autorizados da Comissão Parlamentar de Inquérito, nas gavetas dos órgãos públicos da administração ou das escriturarias policiais.

Não se pode arquivar dessa maneira a esperança que nesta Casa representamos. Ninguém pode omitir-se impunemente; principalmente quem exerce função pública relevante destinada à defesa dos interesses da sociedade. E essa advertência cabe a todos que, junto ao Poder Executivo ao Poder Legislativo ou junto ao Poder Judiciário desempenham as suas funções. Em razão disso tudo, apelo aos meus companheiros do PMDB, para que, pelo menos nós não sejamos coniventes com os desmandos e com as omissões que acabam por acobertá-los. Nem mesmo os ressarcimentos dos danos causados aos cofres públicos foram promovidos, e os enriquecimentos ilícitos à causa do dinheiro do povo continuam a propiciar bem-estar a uns poucos em detrimento da grande maioria de necessitados. Isso só serve para aumentar a legião dos desamparados.

Por isso apelo ao bom-senso dos ilustres companheiros de bancada para que, se não aprovarmos a Resolução referente ao relatório final da CPI, ao menos venham a propor nesta Casa um projeto de lei igual ao sugerido por Capistrano de Abreu, para que, ao menos, se possibilite a hipótese de que se, tenha vergonha na cara... e sejam assim respeitados os interesses populares, o dinheiro do povo e dos ideais que justificam a nossa histórica caminhada para as mudanças. Mudanças substanciais e não de superfície. Mudanças no rumo da grande esperança da nação brasileira que pacificamente foi às ruas para reivindicá-las e aguardar ansiosa, nos seus lares, a implantação das reformas administrativas, econômicas, políticas e principalmente morais que não podem, de forma alguma, ser levadas ao esquecimento.

Apelo por esses ideais que, em nome do povo desta tribuna defendemos."

O Sr. Fiori Luiz - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, em 1982 realmente a proposta do PMDB é uma proposta de mudanças e de moralização.

Instalada a CPI da Corrupção, que teve Vossa Excelência na Presidência, foi um

trabalho de meses, depoimentos, levantamentos, denúncias, provas, chegamos em algumas de nossas reuniões a atravessar madrugadas. Se o Governo Federal não colocou ninguém na cadeia, dos grandes ladrões desta Nação, o Paraná pelo menos poderia dar este exemplo. Lamentamos que setores do nosso próprio Governo acabem engavetando provas de corrupção, notadamente do Governo do General Ney Braga.

Lastimamos porque isto é frustrante e cria desestímulo dos Parlamentares que efetivamente têm ideais e procuram moralização. Parabéns pelo pronunciamento.

O Sr. Sérgio Spada- Vossa Excelência me permite um aparte?(Assentimento).

Deputado Rubens Bueno, estamos ouvindo atentamente o vosso pronunciamento e percebemos o seu desapontamento com a Procuradoria Geral da Justiça e com a própria Casa, a qual fazemos parte. E não é para menos. Depois de instalarmos esta CPI regularmente, de acordo com os ditames da lei nesta Casa, e um trabalho duro, árduo, de meses e meses, desempenhado principalmente por Vossa Excelência e Deputados que compuseram esta CPI, notamos que passado um ano após a aprovação do relatório pela CPI, não foi aprovado por esta Casa a Resolução que aprovaria este relatório.

Percebe-se, claramente, que há má vontade por parte de Deputados em tornar público a realidade constatada por esta CPI dos escândalos apurados durante os últimos anos do Governo de Ney Braga.

Particularmente relatei o caso do Porto de Paranaguá. Lembro com nitidez as falcatruas, os desmandos, a malversação do dinheiro do povo e até hoje me sinto também frustrado, por ver que os culpados estão aí, inclusive sendo privilegiados com alguns cargos neste Governo, até a nível municipal.

Portando, não podemos calar. Acho que esta manifestação de Vossa Excelência, neste momento, deveria retratar a imagem da Casa, o pensamento de todos os Deputados que compõem esta Casa. Lamentavelmente, isto não está acontecendo. Portanto, endosso vossas palavras e que esta Casa, como Vossa Excelência bem disse, crie vergonha na cara, pelo menos, e tome as providências cabíveis e que são de dever dos Senhores Deputados que compõem esta Casa. Meus parabéns ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e do Deputado Fiori Luiz que, junto com os demais membros da CPI, puderam chegar a bom termo nos trabalhos daquela Comissão Parlamentar de Inquérito.

É bom que se diga que o trabalho feito pela CPI fez com que se voltasse exatamente

te este Poder à plenitude que ele representa, que é o de investigar os fatos, comprová-los e encaminhá-los à justiça.

Infelizmente hoje ainda temos o projeto de Resolução engavetados na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, há aproximadamente um ano, para que não se tenha projeto de resolução final que, aliás quero apelar desta tribuna a Vossa Excelência para que faça uso da autoridade deste Poder e da Mesa, para que estabeleça o projeto de resolução e venha para ser votado neste plenário. Até porque este projeto de resolução já se encontra em regime de urgência há quase dois meses - aqui nesta Casa.

Agradeço os apartes que tanto colaboraram neste trabalho.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - No Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PMDB se deseja ocupar o seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Caíto Quintana, inscrito.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa de leis vota hoje a reorganização judiciária do Estado do Paraná e nos temos a satisfação de entender quanto é importante a justiça para as comunidades do interior.

Muitos que residem em grandes cidades com acesso fácil às comarcas a que pertencem desconhecem a gravidade do fato para as pequenas comunidades.

Muitos daqueles que independem de viajar distâncias enormes para chegar até o fórum da comarca desconhecem o que significa para o pequeno trabalhador da agricultura e dos moradores do interior de deslocar-se 50, 60 km para irem a um registro de imóveis para tirar uma certidão negativa da sua propriedade, ou quando convocados para prestar testemunho em processo do fórum e até lá se dirigem fazendo verdadeiras viagens e ao chegar no fórum e a audiência ser suspensa e terem que retornar as suas casas e ficar à disposição da comarca.

Por isto que no dia de hoje entendo a alegria e a satisfação do Prefeito Nelsi Maria, dos Vereadores, dos segmentos da sociedade e dos moradores do Salto do Lontra que acompanham neste plenário com expectativa a votação terceira do projeto que cria definitivamente a Comarca do Salto do Lontra no Sudoeste do Paraná. Tenho certeza absoluta que o espírito da justiça seja o de criar tantas quanto forem necessárias as comarcas para poder dar um atendimento mais rápido e mais eficiente e

mais barato para a população.

Por isto mesmo, desta tribuna, quero saudar a iniciativa de Comarcas, da elevação de outras tantas, porque enquanto tivermos criando comarcas novas no interior do nosso Estado, sem dúvida alguma, estaremos cumprindo o objetivo maior da justiça que é de torná-la mais próxima da população e dar a esta população o direito de uma justiça mais barata e mais eficiente.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta Casa de leis, além de votar hoje a criação de algumas comarcas, elevação de outras tantas, vota mensagem de real importância ao Estado do Paraná. Vota mensagens que dizem respeito a empréstimos que o Governo do Estado está fazendo. E como tudo em economia permite que cada um de nós pela agilidade dos números, das estatísticas, venhamos a fazer as colocações mais variadas, temos a obrigação de chegarmos aqui neste dia na condição de líder do Governo, para tornarmos específico que o Governo do Estado do Paraná, em absoluto, não tem o menor interesse do endividamento externo do nosso Estado. Pelo contrário, se olharmos o acontecido no ano de 1984, quando as próprias diretrizes do Ministério dizia de que os Estados ao molde do Governo Federal rolassem 100% da sua dívida, um dos únicos Estados da Federação que fez, parcialmente, amortização na rolagem da dívida foi o Estado do Paraná. Nesta Casa, em dias anteriores, o Líder do PDS informava que o saldo devedor de empréstimos externos no dia 15 de março de 83 era de 343,8 milhões e que este saldo na data de 30/11/85 já era de 434,4 milhões. Assim sendo, o acréscimo nos 3 últimos anos do Governo do Estado do Paraná, é na realidade de apenas 26%.

Esclarecemos ainda que a cifra apresentada de 670 milhões de dólares não condiz com a verdade, dos dados que se possui da dívida do Paraná que na verdade é de 587,9 milhões de dólares, considerando valores a serem sacados ainda dos empréstimos vinculados nos últimos 4 anos. Empréstimos do BIRD, do Pró-Rural no valor de 12,9 milhões de dólares e do BIRD - 3 em 98,9 milhões de dólares e do BIRD - Pran, no valor de 41,7.

Queremos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer que os projetos enviados pelo Governo para empréstimos nesta Casa, dizem única e exclusivamente rolagem da dívida do Estado do Paraná e autorização para garantia de empréstimos que serão repassados a entidades paranaenses vinculadas como a COHAPAR.

A solicitação de autorização à Assembleia de cento e quatro milhões, é para atender a rolagem dos serviços da dívida externa para o exercício de 86 e terá um prazo de amortização de até 16 anos, prazo

este negociado para ser ampliado e sendo ampliado não irá impossibilitar que o Governo do Estado Paraná continue a fazer o desenvolvimento interno do nosso Estado através de obras, de planos, de projetos e não venhamos ser o único Estado a gastar as nossas economias sem a rolagem da dívida.

Obedecidas as condições da fase três, que está sendo negociada com credores externos, da mesma forma os 104 milhões de dólares fazem parte da rolagem da dívida externa nacional e por isso mesmo, após a autorização desta Casa de Leis será aprovado pelo Congresso Nacional e pela CEPPLAN, para fazer parte do bloco da negociação da dívida externa nacional.

Quanto à solicitação de autorização para contratação de empréstimos junto ao BNH, para atender programas da COHAPAR, o Estado entra apenas como interveniente, sendo que os empréstimos a serem contratados, sob amparo desta lei, serão repassados aos mutuários, há uma diferença enorme na tomada de recursos de endividamento do Estado e nesta tomada de recursos que o Governo está pedindo como interveniente o repasse da COHAPAR e essa repassando ao mutuário logicamente, se nos aumenta numa ponta, o débito, nos aumenta noutra, o crédito e nesse balanço final precisamos reconhecer de que em nada está se aumentando a dívida do Estado, porque enquanto aumentamos o nosso débito, estamos aumentando o nosso crédito e mais do que isto, estamos cumprindo uma das maiores metas dos Governos de hoje, que é propiciar a construção de casa própria ao trabalhador brasileiro.

No caso da solicitação de autorização para contratação de empréstimos para atender programa da SANEPAR, o prazo para estas contratações é de aproximadamente seis anos, sendo que a lei estabelecerá apenas os limites para tal.

O Sr. Mário Pereira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Senhor Deputado Caíto Quintana, queria, antes de falar sobre a rolagem da dívida externa, também me congratular com o Salto do Lontra e dizer aos representantes da comunidade aqui presentes, que o Prefeito Delci Maria, que tanto lutou pela Comarca, tem se destacado não só pelos assuntos que dizem respeito diretamente a Salto do Lontra, mas na luta pela Emenda 17, fazendo parte e liderando a Comissão de Prefeitos que se beneficiaram com a Emenda 17, fazendo com que ela tivesse sucesso.

Portanto está de parabéns a Comunidade de Salto do Lontra e em especial o Prefeito Delci Maria.

A rolagem da dívida, Senhor Deputado

Caíto, queria só acrescentar e me congratular com o seu pronunciamento, é que a dívida externa do Paraná tinha um perfil muito ingrato as nossas finanças. O vencimento se afunilava para 83, 84 e 85 e a rolagem da dívida tem sido feita de maneira competente a melhorar de forma tal que tem melhorado o perfil da dívida com a concessão de maior prazo para que possa o Paraná honrar os seus compromissos ao longo dos anos, diluía essa dívida em mais alguns anos.

Era esse o aspecto da rolagem da dívida, da competência como tem sido conduzida, que queria colocar, e mesmo dizer que a orientação de rolagem da dívida do Governo Federal, porque não pode o Governo que tem a limitação em dólares para pagamento do seu serviço da dívida a nível nacional, deixar que cada Estado queira por exemplo pagar de uma só vez e o Paraná não tem possibilidade de gerar dólares, pois todos eles passam pelo Banco Central que tem limitação.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, Senhor Deputado Mário Pereira e para concluir, Senhor Presidente, temos a certeza mais absoluta de que o Estado do Paraná para se impor como um dos grandes Estados desta Nação necessita continuar se desenvolvendo internamente.

Os estudos econômicos feitos, tentados pela Velha República e pela Nova República têm nos mostrados, claramente, que não haverá forma de combate à inflação, que não haverá forma de melhorar as condições de vida do povo brasileiro, de fortalecimento das nossas empresas, se não fizermos o fortalecimento interno da economia nacional. Por esta razão acredito que o Estado do Paraná, aos moldes do que acontece no plano federal, necessita continuar rolando a sua dívida, para que não seja estrangulado na sua economia e não venha a paralisar o seu desenvolvimento. Esta é a vontade do nosso Estado, que, com competência, com seriedade, com aplicação devida dos nossos poucos recursos tem mantido o Estado do Paraná num crescimento invejável no cenário da nossa República.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia de hoje, tendo a certeza de que estaremos dando ao Estado do Paraná as condições de seu crescimento e de seu desenvolvimento, é que a nossa Bancada defenderá o projeto da matéria extraordinária que fez parte da Pauta do dia de hoje. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Squarezi) - No Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PCB se deseja utilizar seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Inicialmente, para registrar, neste Poder, a realização, no dia de hoje, e promoção do Conselho Estadual de Condição Feminina, com o apoio de dezenas de entidades, o lançamento, no Paraná, do Debate, a Mulher é Constituinte, que já vem ocorrendo, por iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, e que hoje, no início da noite, se realiza no Auditório da Secretaria da Cultura e dos Esportes. É com satisfação que o PCB do Paraná participa como uma das entidades que apoiam esta iniciativa, e as mulheres comunistas do Paraná, que carregam, há anos, juntamente com as mulheres comunistas, as desigualdades, as consequências das desigualdades econômicas e sociais, como muito bem salientou, num artigo recente, Télia Negrão, neste domingo, no "Correio de Notícias", mostrando os dados da Organização Mundial do Trabalho, que comprovam os dados, principalmente da mulher trabalhadora rural, a situação que enfrentam e que é tarefa não só delas como de todos os homens e mulheres comprometidos com o avanço da sociedade e com a construção da nova sociedade no nosso País.

Em segundo lugar, Senhor Presidente e Senhores Deputados, comunicar e solicitar o apoio de todos os Srs. Deputados a um requerimento de nossa autoria que encaminhamos à Mesa, nesta tarde, solicitando ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral que tome providências urgentes, liberando os títulos eleitorais, que estão desde 1982, centenas de eleitores do Município de Londrina, Cambé, Ibiporã, Assaí, Cornélio Procópio, estão retidos em urnas que tiveram processo de impugnação, e que, por motivos vários, eleitores que compareceram, votaram em folhas anexas, etc. tiveram os seus títulos retidos, mas, que, inexplicavelmente, permanecem até hoje criando situações constrangedoras.

E, por último, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, reafirmar e renovar, a todos, a nossa compreensão de que, em que pese estarmos hoje, pela ORDEM DO DIA, com o primeiro projeto, inclusive, em votação, já em redação final, o Projeto de Lei n. 317/85, que trata de anistia fiscal, e voltar a reafirmar e renovar aos Srs. Deputados, já que ontem, regimentalmente, não foi possível ser aprovado o nosso requerimento de pedido de retirada de pauta, mas que, hoje, a atitude mais coerente venha a ser a de votar contrário à redação final ou parte da votação desse projeto, já que o outro, o 327 não está na Ordem do Dia de hoje, que é o que fala de lançamen-

to de títulos e obrigações, mas que, diante das argumentações e dos dados que a Federação dos Bancários do Paraná, e que os professores da Universidade de Londrina, Departamento de Economia, apontavam, e aí uma correção em relação ao nosso pronunciamento de ontem, no que diz respeito ao Departamento de Economia da Universidade de Londrina se tratava de um parecer, portanto, um documento que, em princípio, é neutro, diante das consequências da aprovação ou não das Mensagens, no caso da Federação dos Bancários do Paraná, é um posicionamento político dos Bancários do Paraná, através de sua Federação, representados legitimamente através de sua Federação, que aponta questionamentos sérios que nós, ontem, fizemos questão de lê-los, aqui, para o conhecimento de todos.

Hoje, estamos em regime de votação do projeto da anistia fiscal. Quero que fique, mais uma vez, bastante esclarecido a todos, que o nosso posicionamento ao trazeremos aqui novamente o assunto, não se prende a uma interpretação simplista de que não haja seriedade ou uma linha política coerente no Governo do Estado, na área econômica.

Acontece que, mesmo os melhores governantes podem ser assessorados e podem ter, numa análise, falhas no processo de elaboração. E o que se trata, concretamente com o ICM é que, da forma como está redigido, apresenta preocupações que essas duas entidades de renome, do peso político no Estado, na nossa opinião, mereciam ambas uma satisfação de todos nós.

Não sei se, regimentalmente, haveria uma viabilidade de conseguir, ainda, algum processo de estudo, sem que hoje, necessariamente, se fizesse essa votação em Redação Final.

De qualquer forma, o nosso posicionamento se mantém, porque ouvimos atentamente, inclusive, a Liderança do PMDB, nas explicações e no fornecimento de dados em relação aos questionamentos que a Liderança do PDS, ontem, apresentava a vários dos projetos de lei, em tramitação, ontem, e hoje, e não ouvimos nenhuma abordagem em relação aos questionamentos que a Federação dos Bancários do Paraná, e o Departamento de Economia da Universidade de Londrina traz a público através de nossa intervenção.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o nosso apelo é no sentido de que, respeitando as decisões partidárias, mas alertar para o fato de que, embora pouco ventilado na imprensa e na sociedade paranaense nos últimos dias, reflexo, na minha opinião de ter sido pouco discutido inclusive, aqui, neste Poder, as duas Mensagens, há concretamente uma expectativa no setor da sociedade, da empresa de uma

forma geral, em relação não só à aprovação, mas em relação à tese, na eventual aprovação, em relação aos resultados que essas duas medidas venham a desempenhar na vida econômica e social do Estado.

Nesse sentido é que apelamos, mais uma vez, para a necessidade de se refletir a respeito do assunto, não encaminhando, hoje, nenhum requerimento, mas, simplesmente, num apelo para que se atenham a uma posição mais correta, política e socialmente em relação aos dois assuntos, embora só um deles esteja em regime de votação hoje, imagino que o do lançamento de letras venha à pauta na sessão de amanhã.

Com satisfação, Sr. Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - (Aparte) - (Assentimento) Deputado Márcio Almeida, em princípio sou contra qualquer processo de anistia, porque acaba premiando o mau pagador e fazendo com que seja punido o bom pagador, basicamente seria isso o processo de anistia. Mas se analisarmos que metade das empresas do Paraná devem, que a carga tributária é ridículamente alta no País, como PIS, INPS, Fundo de Garantia, IPI, ICM, Taxas de tudo quanto é espécie, ISS, IKM, IPTU, que precisa haver uma paranafernália de livros só para controle de pagamento dos dias de vencimento de taxas e imposto que existem neste Estado e em todo País, que acabo me rendendo a achar que é mais absurda a carga tributária do que a anistia.

Voto favoravelmente em função disso, e verifico que o projeto que apresentei dias desses atrás, dia 05 de dezembro, limitando as despesas corrente do Estado em 75% da receita tributária, cada vez mais me convenço da sua urgente necessidade, para que possamos emagrecer um pouco a máquina, para que possamos gastar menos e não termos essa voracidade do Estado que, cada vez mais, necessita de retirar dinheiro da iniciativa privada, para muitas vezes ser mal geridos pelo Poder Público. Precisamos enxergar, pagar melhor os funcionários para termos cada vez mais gente competente gerindo os recursos públicos. Agora, se ficarmos intransigentes, conscientes que é essa brutalidade que é o tamanho do Estado asfixiar a iniciativa privada, e não conceder a anistia, porque premia o mau pagador, vamos acabar quebrando metade das empresas do Paraná. Antes que quebre, que deixem de gerar empregos, voto favoravelmente e solicito ao nobre Deputado do PCB que acompanhe favoravelmente a essa votação, que dê seu voto favorável também à aprovação desse projeto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Agradeço ao nobre Deputado Mário Pereira, a sua contribuição para o debate, e ouvi com atenção e respeito a opinião. Só analisando, sem ser doutor da matéria, mas imagino que haveria forma de se poder, realmente, tirar do sufoco aquelas empresas, não só médias e pequenas, mas aqueles que verdadeiramente encontram dificuldades face a uma situação econômica toda existente, e que tenham um passado e um presente de boa condução administrativa.

Acontece que da forma como está estipulado passam a ser beneficiadas, tanto aquelas que utilizam dos recursos que o consumidor já pagou, da aplicação indebita como muito bem diz o Parecer da Universidade Estadual de Londrina.

Utilizaram, porque, face às dificuldades financeiras da conjuntura, e também passam a beneficiar aquelas empresas, grandes empresas aliás e algumas já bastante conhecidas da sociedade paranaense, que têm uma história da má administração. Então é no sentido de ajudarmos.

Agradeço o aparte do Deputado Mário Pereira sobre o assunto, e continuo com nosso apelo.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, a Mesa tem a satisfação de registrar a presença de uma caravana de lideranças municipais de Salto do Lontra, coordenada pelo Prefeito Nelci Maria, pelo Prefeito Antonio Denis Mozinari, pelos Vereadores Lourival Santos Pinto, Altair José Fernandes, Nicodemos Faiberger, Indalécio Perão, Avelino Ravanelli e Gentil Bolivas.

Além do Presidente do PMDB, Pedro Ramos de Oliveira, e o Presidente do setor jovem do PMDB, Elnir Romanó Baggio, mais executivos e membros, diretórios e lideranças, que representam nesta oportunidade de Salto do Lontra e Nova Prata.

A Mesa consulta à Liderança do PDS se deseja utilizar do seu horário.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - O Deputado Airton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Com a palavra o Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Encaminhamos à Mesa emenda ao Projeto de Lei n. 336, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores. É um tributo que substitui a Taxa Rodoviária Única, e que vem do Poder Executivo, pois é de sua competência a iniciativa nos termos constitucionais.

Estudando a Mensagem Governamental no-

tamos uma omissão, que nos parece realmente delicada, e por não dizer grave, no que toca ao serviço de táxi, no Estado do Paraná.

Com esta crise inflacionária que estamos observando, com o aumento constante dos combustíveis, e está provado hoje, que este não é um mal da Velha República só, mas, é um mal que se perpetua na Nova República que em tantos aspectos está plagando a República Velhíssima. Não há um tratamento mais justo para aqueles que se dedicam ao transporte de pessoas, e que fazem deste transporte o seu caminho profissional.

Conseqüentemente apresentamos à Mesa emenda à Mensagem Governamental, que se transforma em projeto de lei a fim de que seja isento do pagamento do IPBA, o veículo auto-motor que vem a servir para o transporte de pessoas. No mesmo sentido há uma emenda da Mesa, dos ilustres Senhores Deputados Caíto Quintana e Márcio Almeida, e entendemos que a Assembléia como um todo deve somar o seu empenho, para que os taxistas possam enfrentar essa realidade difícil de hoje, com esta isenção que é justa.

Não se trata de um privilégio a uma classe ou a uma categoria, de pessoas. Diria, que se trata de uma compensação necessária em decorrência dos aumentos sucessivos do álcool, e da gasolina em particular.

E, a cada aumento é menor o movimento dos taxistas, em conseqüência também da falta de melhor poder aquisitivo, por parte da população. Um esforço neste sentido estamos desenvolvendo há algum tempo. Lembro aos Senhores Parlamentares, lembro aos Diretores do Sindicato dos Taxistas autônomos que aqui estão, que a Lei Municipal de Curitiba estabelecida como tempo de vida útil, dos carros dos autônomos da Capital do Paraná, cinco anos. É o tempo em que passamos pela Câmara Municipal de Curitiba, através de um projeto de lei, este prazo foi aumentado de cinco para oito anos, por iniciativa nossa, com apoio unânime da Câmara Municipal da Capital.

Posteriormente, num segundo passo, a Câmara Municipal, mais recentemente, elevou este prazo de vida útil de oito para dez anos, e ainda ontem, conversando com uma comissão de taxistas autônomos, recebemos a sugestão que lamentavelmente não podemos materializar, porque se trata de matéria de competência estritamente municipal, mas que eu gostaria de deixar como sugestão, às lideranças dos taxistas que aqui estão, no sentido de que Curitiba lidere esse tempo de vida útil e que institua uma fiscalização mais severa para saber avaliar corretamente até que ponto pode rodar um automóvel para servir os habi-

tantes da Capital do Paraná.

Não se trata de nenhuma inovação inédita, porque basta percorrer as capitais brasileiras e veremos um serviço de taxi totalmente inferior ao nosso de Curitiba, e dos municípios paranaenses, os carros rodam muito mais.

Por outro lado, em capitais importantes de países desenvolvidos, há também uma liberalização neste sentido. Basta que haja realmente esta fiscalização e que ela ocorra com a frequência necessária e esta frequência seria então estabelecida através de uma lei municipal.

É uma preocupação que trazemos à Casa, porque sabemos que o custo dos veículos automotores é muito grande e o próprio Governo, no momento em que precisa de mais dinheiro em caixa, ele acaba autorizando o aumento dos preços dos automóveis, porque a incidência de impostos faz-se especialmente do imposto sobre produtos industrializados. É uma incidência tão grande que acaba revertendo em benefícios do próprio Governo Federal. Conseqüentemente, aqueles que são autônomos, aqueles que vivem do seu trabalho e fazem do seu automóvel, o seu instrumento de trabalho, enfrentam essas dificuldades e como homens públicos temos o dever de estar defendendo os interesses dessa gente que faz do seu automóvel, o seu instrumento de trabalho, e, ao mesmo tempo, estimulando, evidentemente, um serviço cada vez melhor para os taxistas da Capital e do Interior.

Vejo com muita satisfação que aqui estão representantes dos 75 taxistas do Aeroporto Afonso Pena que tem um serviço exemplar e que é, sem favor algum, um dos melhores, mais sérios e mais eficientes do País. Não se faz nenhum favor ao se reconhecer a qualidade do serviço dos taxistas do Aeroporto Afonso Pena. Da mesma forma, aqui em Curitiba, esta questão passou a ser tratada com outra mentalidade. A partir do instante em que foram criadas as Cooperativas e estas Cooperativas instituíram o serviço de Rádio-Taxi, entregando à população, um serviço de alta qualidade e da mesma forma, aqueles autônomos que cuidam dos seus carros e que fazem dos seus carros o instrumento de trabalho, passaram a se moldar a esse novo padrão de serviço de utilidade pública, na Capital e nos Municípios mais desenvolvidos do Estado do Paraná.

Quando esta Casa, portanto, vai apreciar esta matéria, entendendo que a unanimidade dos Senhores Deputados, votando favoravelmente a essa emenda, significa a homenagem do Poder Legislativo a uma classe laboriosa que merece o nosso respeito e que é tão importante para a nossa comunidade e que, infelizmente, é uma classe totalmente desprotegida, especialmente pelas

autoridades da Segurança Pública, haja visto que já observamos num passado recente, com aqueles crimes hediondos, praticados, cometidos, contra profissionais que trabalham no serviço de taxi desta Capital.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento) Congratulo-me com Vossa Excelência pela feliz iniciativa em emendar a Mensagem Governamental em tramitação nesta Casa.

Vossa Excelência tem, ao longo do seu mandato, desejo prestar este testemunho hoje, se preocupado com os motoristas de taxi. E em todos os momentos tem defendido as suas legítimas e mais justas reivindicações.

Portanto, não estranho que parta de Vossa Excelência a iniciativa no sentido de isentar os motoristas do novo imposto criado no Estado do Paraná.

Mas gostaria de analisar com Vossa Excelência alguns outros dados: Por exemplo, o Orçamento de 1986, previa uma arrecadação para o Estado, através do TRU, de noventa bilhões de cruzeiros para 1986. Com a instituição do novo imposto, nós teremos um cálculo, com base no número de veículos existentes no Estado do Paraná, uma arrecadação prevista da ordem de 300 a 400 bilhões de cruzeiros, com a instituição do novo imposto, dos quais o Estado deve repassar em torno de 150 bilhões líquidos aos Municípios.

Pois bem, veja o nobre Deputado, o Governo do Senhor José Richa que prometeu não aumentar a sobrecarga fiscal na campanha eleitoral, elevou o ICM de 16% para 17%; conseguiu mais recursos com a emenda Passos-Porto votada em 1984, a mini reforma tributária.

Colocou dispositivos verdadeiramente terríveis para os empresários paranaenses na mini reforma tributária, feita naquela ocasião por inspiração do Senhor Erasmo Garanhão, o grande responsável pelo furo e pelo escândalo dos dólares no Estado do Paraná, que tirou do Estado mais de 20 bilhões de cruzeiros a valores de hoje, objeto de ação popular que Vossa Excelência e eu ingressamos na Justiça do nosso Estado, para obrigar o Governador José Richa e o Senhor Erasmo Garanhão a ressarcir aos cofres estaduais...

Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Pela Ordem, está com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Solicito que seja garantido o som, para que eu possa terminar.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Acontece que venceu o horário destinado à Liderança do PDS, nobre Deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Permanentemente a Assembléia Legislativa tem dado o tempo para que os oradores que se encontram na tribuna conclua a sua oração.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) E a Mesa faz isso, concedendo um minuto para que conclua a sua oração.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço, e transfiro a Vossa Excelência este minuto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Portanto, nobre Deputado, para dizer que o Governo José Richa aumentou a sobrecarga fiscal no Estado do Paraná, está arrecadando muito mais, e lamentavelmente não tem feito as obras que o Estado está exigindo. E pelo contrário, tem aumentado a dívida externa e interna do Estado do Paraná.

E só para que, nestes poucos segundos, para declarar Deputado Ailton Cordeiro, o meu voto favorável e o voto favorável da Bancada do PDS à proposta do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que cria as novas comarcas no nosso Estado.

Eu, que participei até da criação do município de Salto do Lontra, que sou autor do projeto de lei que cria o município de Nova Prata, desmembrado de Salto Lontra, que acompanhei desde o início aquele Município, hoje não poderia estar ausente neste momento em que um velho e justo sonho daquela comunidade próspera do Sudoeste vai se realizar através da instalação da Comarca.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e para concluir, Senhor Presidente, apenas gostaria de lembrar o seguinte: o aumento dos tributos por parte do Governo do Estado e a preocupação em endividar cada vez mais o Estado, tem um objetivo final, 1986. O Governo está entesourando dinheiro para enfrentar a eleição para o Governo do Paraná, no próximo ano.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa tem a satisfação de registrar a presença do Senhor Jácomo Bevenuti, Presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos de Curitiba e do Senhor James Santos Rotzer, Presidente da Associação dos Motoristas de Taxi de Piraquara.

Ainda no Horário das Lideranças, a Me-

sa consulta à Liderança do PFL, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado? (Declina).

A Mesa consulta à Liderança do PDT, se deseja fazer uso do seu horário?

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, cederei nosso horário ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ - Agradeço ao Deputado Antônio Belinati.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. O Governo da Nova República continua com a mesma lentidão e a mesma apatia da Velha República.

O Paraná, maior produtor de grãos do Brasil, vive um momento trágico em função da longa estiagem. Em algumas regiões a seca perdura há seis meses. Todos os levantamentos indicam que o Paraná já perdeu 2,5 milhões de toneladas de produtos da safra de verão, principalmente feijão, arroz, milho e soja, sem contar o algodão que floresceu com apenas 30 centímetros e ainda o café, cuja perda da florada atinge mais de 50%. O gado começa a morrer nas pastagens.

A par da angústia dos produtores, que já perderam sementes, financiamentos e trabalho, outro problema extremamente aflitivo: os bóias-frias sem ocupação e com fome.

Não interessa analisar as causas desses desequilíbrios climáticos. Todos sabemos que a natureza tem sido agredida pelas mãos dos homens, nos desmatamentos criminosos e nas construções de usinas hidrelétricas.

O que importa são os reflexos dessa longa estiagem, que sentiremos ainda por mais alguns anos, principalmente ano que vem, quando o País terá que importar produtos básicos de sustento, como arroz e feijão. Aliás, que esse momento de crise, tão trágico, e caótico, sirva de reflexão para todos. É preciso reverter e repensar a agricultura do Paraná. Os imensos campos de soja substituem a alimentação básica. Nós plantamos o que não comemos, apenas para servir aos interesses das multinacionais. Plantamos para exportar. Não plantamos para alimentar o nosso povo. Plantamos o soja, para transformar em farelo para os porcos americanos; "porcos" no sentido literal.

Mas esse é um problema para os "iluminados" da Nova República e para os Constituintes de 86.

O que nos preocupa é que o Governo Federal ainda não dimensionou a gravidade do

momento paranaense. A não ser algumas medidas paliativas, no campo do crédito rural, nada mais foi feito. A promessa de recursos do Ministério do Interior, continua na promessa. Até o momento ninguém no Governo do Paraná sabe informar se os recursos já chegaram ou não. O Paraná enviou um projeto ao Ministério do Interior, solicitando a liberação de 100 bilhões de cruzeiros para frente de trabalho em quase 200 Municípios, para atender 80 mil bóias frias.

O pedido foi feito há quase dois meses; o Governador José Richa tem insistido na liberação dos recursos, mas a burocracia da "recauchutada" Nova República tem retardado o envio.

Além dos 100 bilhões para a criação das frentes de trabalho, foram solicitados outros 15 milhões para fornecimento de alimentos subsidiados. Porém, as últimas informações de Brasília não são nada alentadoras: o Ministério do Interior fala em liberar apenas 30 bilhões para o Paraná, para as frentes e para alimentos. Se isso for confirmado é preferível que o Governo da Nova República fique com os 30 bilhões. O Paraná está em crise, mas não está pedindo esmolas. O Paraná não deve se ajoelhar com o chapéu na mão. O Paraná precisa ser reconhecido como Estado produtor, gerador de recursos para o Tesouro Nacional. Se o Governo da Nova República tem recursos para recuperar bancos falidos, por que é que não tem para socorrer um Estado que produz e carrega divisas para a Nação?

Chega de embromação, Senhores Deputados!

O Paraná está cansado de ser espoliado, de ser roubado. Estão aí as usinas hidrelétricas como exemplo vivo do estelionato que se pratica contra o Paraná. Terras férteis são inúmeras, gerando milhares de sem-terra, e nenhuma indenização.

O Governo da Nova República tem desprezado o Paraná, apesar da nossa forte representação política. As invasões de terras continuam e a tal da Reforma Agrária não saiu do papel. Hoje o Paraná é o Estado Brasileiro com maior volume de problemas fundiários e agrícolas. Não bastassem as usinas, as invasões, vem a seca. O Paraná se transformou num barril de pólvora. De um lado, os sem-terra, desesperançados e desiludidos com o Plano de Reforma Agrária; de outro, os bóias-frias se arrastando pelas estradas e nas portas das Prefeituras atrás de comida e remédio. Para este Estado explodir em violência, pouco falta. O Governador continua cobrando do Governo da Nova República. Mas precisamos juntar mais vozes nesse apelo: as vozes dos nossos Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais, Prefeitos, en-

fim, de todas as nossas Lideranças, políticas ou não.

Os recursos liberados pelo Governador José Richa para cestas de alimentos e frentes de trabalho resolveram momentaneamente o problemas. Muitos Prefeitos já comprometeram até o 13.º salário dos funcionários, para atender a emergência em função da seca.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É preciso que todos tenham uma visão muito clara da realidade. Não podemos tapar os olhos e os ouvidos. O clamor dos produtores e os gemidos de fome dos bóias-frias são alertas para todos os homens públicos do Paraná e do País.

Temos assistido na nossa região cenas que humilham o seu humano: crianças, filhos de bóias-frias se alimentando de bagaço de cana; crianças internadas em hospitais com subnutrição crônica.

A classe política paranaense - perdoem-me a franqueza - não pode pensar em recesso, em férias e em praias. É preciso pedir socorro em nome do Paraná; é preciso pressionar os homens insensíveis da Nova República, deitados em berços esplêndidos como ficaram deitados os da Velha República. Estamos todos sentados em cima de um grande vulcão.

Que o espírito natalino possa sensibilizar a todos nós, homens públicos, para que tenhamos a clarividência para observar, para sentir, para ouvir o grito que vem do campo, o grito dos sem terras, o grito dos famintos, o grito dos produtores que estão perdendo as propriedades leiloadas pelo Banco do Brasil.

Tem o aparte o Deputado Mário Pereira.

O Sr. Mário Pereira - Agradeço o aparte e queria congratular com o alerta que Vossa Excelência faz nesta Casa. Um aspecto que queria abordar é sobre o problema da reforma agrária. A reforma agrária está demorando tanto que as lideranças dos sem terras, por exemplo de Boa Vista da Aparecida, que entendem que não devem fazer acampamentos, nem promover invasões, porque isto acaba trazendo problemas até para a execução do Plano Nacional de Reforma Agrária e pode ser usado até contra os agricultores sem terras, atrasando mais ainda a implementação deste sonhado plano que continua dormindo nas gavetas das autoridades federais, estão sendo impelidos a fazer acampamentos. Porque se fala que este moroso plano de reforma agrária, quando vier, atenderá os acampamentos.

Ora, os sem terras de Boa Vista da Aparecida não fazem acampamentos porque acham também que seus filhos não podem permanecer às margens das estradas, estão impelidos a fazer; porque o Governo ainda fica a dizer que quando fizer desapropriações,

irá assentar primeiro os acampados. E eles que estão dentro, que precisam da terra, mesmo tendo outra visão, mas são agricultores sem terras, homens de mãos calejadas e expulsos por este processo agrário injusto que se implantou no País, estão sendo impelidos a isto.

Portanto me congratulo com Vossa Excelência por mais este alerta, clamando por medidas imediatas e urgentes na implantação da reforma agrária. Muito obrigado.

O Sr. Rubens Bueno - Deputado Fiori Luiz, o Deputado Mário Pereira acaba de falar com muita propriedade sobre a delonga da implantação da Reforma Agrária no Brasil. O Paraná vem sofrendo com isto.

Aliás, esta delonga com relação à Nova República já está envelhecendo esta Nova República. Basta ver que na época em que o Paraná sofreu uma de suas piores enchentes da história...

O SR. FIORI LUIZ - Senhor Presidente, um minuto por favor. (Assentimento).

O Sr. Rubens Bueno - ...veio ao Paraná o então Presidente em exercício, o Senhor Aureliano Chaves. Veio ao Paraná com toda sua "entourage" de Ministros, bajuladores e "puxa-sacos". Aqui estiveram prometendo liberar recursos do Governo Federal. Estes recursos até hoje não chegaram ao Paraná. Então, se hoje estamos cobrando uma providência mais imediata possível com relação a esta longa estiagem, Vossa Excelência está cobrando com muita propriedade, até porque a região de Londrina, as Regiões do interior do Paraná, vêm sofrendo na carne o problema desta longa estiagem. Basta ver os altos juros cobrados pelos financiamentos agrícolas. Basta ver o problema da PROAGRO, que não libera a área do plantio para que aqueles que queiram replantar não têm condições de fazer, porque o PROAGRO não permite. Basta ver que os bancos, principalmente os bancos oficiais, estão executando estes agricultores, principalmente os pequenos agricultores.

A colocação de Vossa Excelência é muito feliz, vem numa hora muito oportuna e estamos aqui a parabanizar sua participação.

O SR. FIORI LUIZ - Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e agradeço mais uma vez a cessão de horário do Líder do PDT, Deputado Antonio Belinati. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.317/85, que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme especifica. (Publicado no D.A. 135, de 02/12/85, Mensagem).

Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)
Para declara o meu voto contrário deste Deputado, ao projeto na forma como está redigido e para que conste nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa defere. Está aprovado o presente projeto.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.324/85, que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do Colégio Estadual do Paraná, destinado a cobrir despesas com outros serviços e encargos. Aprovado. (Publicado no D.A. 139, de 05/12/85, Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.155/85, que regulamenta a aplicação, os dispêndios, os registros contábeis dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Aprovado. (Publicado no D.A. 139, de 05/12/85).

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.285/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.199/85), que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n.6.508, de 13/12/73 e pelo Decreto n.5.012 de 05/02/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de 2 anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., ao PROJETO e EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.237/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem

n.176/85), que objetiva criar mais 6 (seis) cargos de Procurador de Justiça, na Procuradoria Geral da Justiça, como integrantes da carreira do Ministério Público. Com PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. e R.H., por unanimidade. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.244/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.184/85), que objetiva alterar dispositivos da Lei n.7297, de 08/01/80 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná) e adotar outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., com a Emenda Substitutiva por unanimidade.
Sobre o referido projeto, Emendas de n.01 e 02, ao Substitutivo Geral, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

SUB-EMENDA DE N.01 AO SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N.244/85.

Artigo único - A redação dada ao Art.30, da Lei n.7297/80, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.30 - Os conciliadores de que trata a Lei Federal n.7244, de 7 de novembro de 1984, serão escolhidos e designados pelos respectivos juizes titulares, exceto na Comarca de Curitiba cujas designações são do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 1º - Os árbitros serão escolhidos pelas partes dentre advogados indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Paraná.

§ 2º - As funções de árbitro e de conciliador poderão ser exercidos por uma única pessoa, preenchidos os requisitos legais".

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoio: Djalma de Almeida César, Rubens Bueno, Orlando Pessuti e Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

Fica, na modificação proposta, ressalvada para as partes a escolha dos árbitros que venham a atuar nos processos.

A escolha dos árbitros pelas partes está claramente proposta pelo parágrafo único do Art.25, da Lei Federal n.7244, de 7 de novembro de 1984, que dispõe sobre a criação e funcionamento do Juizado Especial de Pequenas Causas.

SUB-EMENDA DE N.02
AO SUBSTITUTIVO GERAL

Artigo Único - A redação dada ao Art.2º, da Lei n.7297/80, pelo Art.1º, do Substitutivo Geral da Comissão de Constituição e Justiça passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.2º.

VI - Tribunal do Juri;

VII - Juizado Especial de Pequenas Causas e outros órgãos instituídos em lei;
VIII - Juízes de Paz".

Sala das Sessões, em 17/12/85.

(a) CAÍTO QUINTANA.

Apoio: Rubens Bueno, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa e Orlando Pesutti.

JUSTIFICATIVA:

A alteração proposta visa corrigir a omissão da Emenda substitutiva apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça que, ao indicar os órgãos componentes do Poder Judiciário, deixou de apontar o Tribunal do Juri.

Em discussão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)

Para encaminhar, Senhor Presidente.

Voto favoravelmente e registro o voto da Bancada da Oposição favorável ao projeto de lei que é complementar à Constituição e, conseqüentemente, exige quorum qualificado e a Bancada de Oposição na Assembleia vota favoravelmente, e só por causa dos votos da Oposição é possível aprovar este projeto, pois que atende velhas e justas reivindicações de diversas localidades do interior do Estado do Paraná.

Desde o litoral, desde Guaratuba com a instituição da comarca até o Sudoeste com o Salto do Lontra, sendo levada à condição de comarca. Capanema elevada de intrâncias e outras aspirações da nossa região, como de outras regiões do Oeste, do Norte, do Noroeste do Estado do Paraná, possibilitando com que a Justiça tenha os instrumentos efetivos para chegar mais próximo do povo para realizá-la de forma barata e efetiva.

Eu que conheço há tantos anos Salto do Lontra, Município criado pelo saudoso Deputado Arnaldo Busato, eu que tive a oportunidade de criar e apresentar o projeto de lei que o município de Nova Prata do Iguaçu; que pude no passado ajudar o Salto do Lontra a ter a sua estrada asfaltada, seja a estrada que liga Salto do Lontra - Dois Vizinhos, Salto do Lontra - Santa Izabel, quanto a estrada que liga Salto do Lontra - Nova Prata do Iguaçu. Que pude contribuir para a educação, para a telefonia, para a instalação do sistema de água para levar a Salto do Lontra o Banco do Brasil e tantos que lá estão, as instituições educacionais. Sinto-me feliz de poder votar nesta tarde o projeto de lei de autoria do Poder Judiciário, que institui a Comarca de Salto do Lontra, o velho sonho de todos os pioneiros de todos os moradores daquela terra, hoje começa se concretizar.

Espero que as Lideranças Municipais e

as Lideranças Estaduais Governistas, agora agilizem o processo da instalação da Comarca, para que o sonho se torne realidade o quanto antes. (Sem revisão do orador).

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Para encaminhar)

Senhor Presidente, para comunicar que o PDT também votará favoravelmente a este projeto, no instante em que saúda o Prefeito Nelsi Maria, o Presidente da Câmara, Vereadores, as Lideranças expressivas e o povo do Salto do Lontra, entendendo que a transformação do Município em sede de Comarca, vai trazer um novo impulso no progresso de Salto do Lontra, que há muito tempo clamava por essa sede de comarca.

Por esta razão, Senhor Presidente, ao felicitar Salto do Lontra por esta grande conquista, em nome do PDT, nós estamos hipotecando o apoio à aprovação deste projeto. (Sem revisão do orador)

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Para encaminhar)

Desejo unicamente dizer que estivemos durante muito tempo em contatos constantes com o Prefeito Nelsi Maria, Vereadores, segmentos da sociedade de Salto do Lontra e inclusive a bem da verdade com Vossa Excelência, tratando no Tribunal para podermos apresentar a documentação convincente de que Salto do Lontra cumpria todas as etapas que a lei exige para que pudesse ser criada Comarca.

Por isso mesmo, podemos entender o ufanismo, a alegria, a satisfação do Prefeito Municipal, dos Vereadores e da Comunidade de Salto do Lontra, em testemunhar este ato de terceira votação e queremos, em nome da Bancada do PMDB, que nunca nos faltou a este trabalho e reprimos, em conjunto com Vossa Excelência inclusive, Senhor Presidente, nas visitas e contatos feitos para criação dessa Comarca, a nossa Bancada que, nesse instante sempre esteve presente, hipotecando solidariedade, porque é do entendimento de todos nós, de que a criação de Comarca agiliza o processo da justiça e o torna mais barato e mais acessível para Comunidade, a nossa Bancada votará favoravelmente a este projeto que cria a Lei de Salto do Lontra à elevação da Comarca de Capanema para instância intermediária, a de Guaratuba e outras tantas, e com satisfação e alegria, podemos dizer que a nossa Bancada está aqui hoje com 32 Senhores Deputados para votar favoravelmente às mensagens que aqui estão e principalmente o que nos traz é a certeza de estarmos representando anseios de Comunidade, votando a Mensagem de criação de novas Comarcas. (Sem revisão do orador).

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - (Para encaminhar) Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para ocupar nesta tarde, para

Curitiba, terça, em 17.12.85

fazer a constatação de que se evidencia talvez erros desses longos vinte anos de ditadura militar, de que muitas vezes o Parlamento legisla em causa própria, mas em absoluto nós ocupamos da palavra para simplesmente dizer que nós nos congratulamos com Salto do Lontra e os outros Municípios contempaldos ainda que tardiamente com esta mensagem.

Quem é advogado, quem milita principalmente no interior e mesmo na capital, sabe da morosidade da Justiça, não só neste Estado, mas, neste País. Sabe do enfraquecimento do Poder Judiciário, ao longo, repetido destes 21 anos de terror e obscurantismo, principalmente que se abateu sobre o Poder Judiciário.

A necessidade da aceleração dos processos e principalmente a necessidade da maioria da população à Justiça, isso é que se deve evidenciar!

É evidente, que a par da luta, e nós estamos conscientes disso, que a partir do ano que vem e muitos dos que estão aqui, e que pretendem ser Deputados Constituintes, eu espero que alguns daqueles que hoje estão votando as criações das Comarcas, se lembrem, se tiverem a felicidade de serem Deputados Constituintes, de que um dos Poderes que deve ser restaurado nesta República, é o Poder Judiciário. Para que? Para que o povo tenha acesso a este Poder.

Não bastam apenas as criações das Comarcas, é necessário dotar o Poder Judiciário de poder para atender a maioria das populações.

Mesmo assim, fazemos valer, de que há uma necessidade de criação de mais Comarcas, neste Paraná, e lamentamos que não tenham vindo a criação de outras Comarcas, que são aspirações de muitos Municípios, neste Paraná, mas, de parabéns os Municípios que, nesta tarde são contemplados e que, acredito, neste Parlamento votará favoravelmente.

Muito obrigado, Senhor Presidente.
(Sem revisão do orador).

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - (Para encaminhar)
Senhor Presidente, não somente para parabenizar as Lideranças de Salto do Lontra, presentes aqui nesta sessão, bem como todos os demais Municípios que conquistam, com a aprovação deste projeto o direito bastante reivindicado.

É lamentável que alguns Municípios, nesta oportunidade não vejam contempladas as suas reivindicações, é o caso do município de Jataizinho.

Sem querer, de nenhuma forma, exercer intromissão nos assuntos políticos de Jataizinho, que têm os seus representantes, nesta Casa, mas, atendendo as solicitações, levando em conta inclusive, o fato de que, na Mensagem original do Senhor Gover-

nador, encaminhando a este Poder, a proposta da nova organização judiciária do Estado, já se previa a transferência do Município de Jataizinho da Comarca de Uraí, para a Comarca de Ibiporã, é neste sentido a emenda de nossa autoria, está na Mesa, e aguardando a apreciação dos Senhores Deputados.

Finalizo, afirmando a convicção de que a esperança que o Deputado há pouco expressou, venha a ser uma realização, a partir da Constituinte de 86, pela qual, não só os Deputados desta Casa, não só a comunidade do Salto do Lontra, vêm lutando, há tanto tempo.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obviamente votaremos a favor deste projeto de lei, de vez que ele contempla todos os municípios que represento nesta Casa: a criação de duas Varas em Foz do Iguaçu, a anexação de Cafelândia à Comarca de Cornélio, e com outros benefícios ainda aos Municípios que represento nesta Casa com muita satisfação.

Foz do Iguaçu, que teve uma Comarca saturada, uma por não possuir a sua Junta de Conciliação e Julgamento e acumular na Justiça Comum, o julgamento de ações trabalhistas que foram, em grande número, encaminhadas à Justiça por parte de trabalhadores da Itaipu.

Tenho certeza, após a aprovação deste projeto e a instalação dessas novas Varas, terá condições a Justiça de apresentar um melhor trabalho e melhor serviço à comunidade de Foz do Iguaçu e região.

E, uso também a palavra para atendendo a um apelo do Prefeito Nelsi Maria e das Lideranças de Salto do Lontra, que anteviam a bola de que, certamente, o Deputado Luiz Alberto Oliveira avocaria a si o mérito pela criação da Comarca de Salto do Lontra, e que faziam a seguinte pergunta, por quê o Deputado Luiz Alberto, sua Bancada, o seu Governo não criaram a Comarca de Salto do Lontra, durante tantos e tantos anos em que tiveram a maioria nesta Casa, e que foram Governo no Estado do Paraná.

Portanto, das Lideranças de Salto do Lontra, transmito aqui um apelo para que registrassem essa observação das Lideranças daqueles locais, de que não reconhecem as colocações do Deputado Luiz Alberto, mas, sim, à Bancada do PMDB, ao Governo do PMDB que está atendendo aquela comunidade, criando a Comarca, que é uma antiga reivindicação sua.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.)

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi) - Em votação as emendas.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA -(Pela Ordem)- Para declarar que, em nenhum momento, me entitulei o dono da Comarca de Salto do Lontra. Mas, a declaração do Deputado Sérgio Spada, sobretudo, demonstra que Sua Excelência é ignorante em assuntos legislativos, pois que não é o Poder Executivo...

O SR.CAÍTO QUINTANA -(Pela Ordem)- Nós não vamos aceitar que um membro da nossa Bancada seja ofendido numa questão de ordem impropriedade.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Nobre Deputado, Vossa Excelência deve argumentar onde o Regimento foi ferido que fala em Questão de Ordem. A Mesa não viu o Regimento ferido.

Em votação a Emenda n. 1, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho. Sobre referida emenda, há um requerimento de autoria do próprio autor, Deputado Gilberto Carvalho, já deferido pela Mesa, no sentido de retirar as emendas de n. 1 e 5. Em votação a emenda n. 2, de autoria do Deputado Sérgio Spada.

O SR.SÉRGIO SPADA-(Pela Ordem)- Tendo em vista que a legislação faculta ao Parlamentar, ao Deputado, elaborar projeto de lei, criando distritos administrativos, e, por consequência, cria o Distrito Judiciário, eu resolvi retirar a emenda n. 2, de minha autoria.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere. Em votação a Emenda n. 3, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, já aprovada em 2.ª discussão. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 4, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, já aprovada em 2.ª discussão. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Aprovada.

Em votação a Emenda n. 5 - Retirada.

Em votação a Emenda n. 6, de autoria do Deputado Antônio Annibelli, já aprovada em 2.ª discussão. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Aprovada.

Emenda de Plenário de 3.ª discussão. Emenda de autoria do Deputado Caíto Quintana. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam, permaneçam como estão. Os contrários se manifestem. Aprovada.

Emenda n. 02, do Deputado Caíto Quintana. Aprovada.

Emenda n. 03, do Deputado Rubens Bueno.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Rubens Bueno.

O SR.RUBENS BUENO - Votaremos favoravelmente a esta proposta, até porque é interesse de Ubiratã e daquela Comarca de elevar de entrância inicial para entrância intermediária. De qualquer forma nós recebemos apelo do Senhor Líder da Bancada e acataremos a decisão da Bancada.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação a emenda. REJEITADA A EMENDA. Em votação a Emenda n. 04, do Deputado Márcio Almeida.

Pel Ordem concedo a palavra ao Deputado Márcio Almeida.

O SR.MÁRCIO ALMEIDA - Nobre Deputado para comunicar a retirada da emenda.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere.

Face aprovação de emendas de Plenário em 3.ª discussão, regimentalmente o Projeto deverá ir à 4.ª discussão na Sessão de amanhã.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 334/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 228/85), que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimo ou obter financiamento externo em moeda estrangeira, até o equivalente em moeda nacional, a US\$ 104.000.000 (cento e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), de forma a complementar recursos necessários dos serviços da Dívida Externa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Para declarar meu voto contrário a este Projeto, que visa endividar o Estado do Paraná em mais 104 milhões de dólares. E consequentemente dar recursos da ordem de um trilhão de cruzeiros para 1986, ao Poder Executivo, sem declarar-se a que fim se destinam esses recursos. Não se trata de empréstimo internacional para execução de obras, mas sim recursos para que haja financiamento internacional às despesas de custeio no Estado do Paraná, atingindo a um montante de 30% do orçamento estadual.

Como esses recursos são para despesas de custeio e não para execução de obras, a Bancada da Oposição deseja registrar nos anais desta Casa, o seu voto contrário ao pedido de financiamento do Governador do Estado.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em

votação.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Vossa Excelência encerrou o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) A Mesa está colocando em votação. Vossa Excelência deseja encaminhar, está com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Para fazer a declaração só, Senhor Presidente, que a Bancada do PMDB votará favoravelmente, até porque não entende da forma que a Oposição está tentando colocar, pois na própria Mensagem do Governo diz claramente que pede autorização para 104 milhões de dólares, de forma a complementar os recursos necessários para fazer face a rolagem do serviço da dívida externa do Estado do Paraná, a administração direta no exercício de 1986, conforme o Decreto Lei 2070. Não entende a Bancada do PMDB que o empréstimo esteja sendo feito para custear despesas de custeio do Governo do Estado do Paraná, pelo contrário, para fazer arrolagem da dívida há tantos anos acumulada deste Estado.

Nada mais do que isso está fazendo o Governo do que, buscando autorização desta Casa para posteriormente com autorização do Senado da República e do SEPLAN, negociar a dívida já contraída em outros Governos, pelo Estado do Paraná. Por isso, a Bancada do PMDB votará favoravelmente.

O Sr. Airton Cordeiro- Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro- Senhor Presidente, apenas para registrar nos Anais deste Poder, que esta arrolagem da dívida externa do Paraná está rendendo muito. Quando aqui esteve o Ex-Secretário Erasmo Garanhão, para justificar e explicar o escândalo dos dólares, ele também disse que os empréstimos internacionais eram para arrolar a dívida externa do Paraná.

E disse isso, pouquíssimas semanas depois que o Governador José Richa foi à televisão para dizer aos paranaenses, que havia recebido um Governo totalmente endividado, e que em seis meses operara o milagre de estabilizar a situação financeira do Paraná. Como se vê, a arrolagem da dívida externa paranaense é um pretexto generoso para que o PMDB continue a endividar os paranaenses e a comprometer o erário público do nosso Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Em votação. Os Deputados que aprovam, permanecem como estão, os contrários se manifestem. APROVADO, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 335/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 229/85) que visa autorizar o Poder Executivo a dar fiança nos empréstimos que vierem a ser contraídos pelo Banco Nacional de Habitação, para serem aplicados através da Companhia de Saneamento do Paraná- SANEPAR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

X 2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 336/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 230/85), que institui, na forma do inciso III do Art. 23, da Constituição da República Federativa do Brasil, acrescentando pelo art. 2.^o da Emenda Constitucional 27, de 28.11.85, o imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em número de 6 (seis) nos seguintes termos:

X EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 01
AO PROJETO DE LEI N. 336/85

Artigo Único- Acrescente-se ao artigo 14, da presente Lei os itens IV e V com as seguintes redações:

"IV- os condutores autônomos taxistas.

V- veículos de transportes coletivos.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985

(aa) CAÍTO QUINTANA

MÁRCIO ALMEIDA.

Apoiamento: Airton Cordeiro, Orlando Pesutti, Rubens Bueno, Nelson Buffara, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa.

O 5 X EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 02

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - São isentos do pagamento de IPVA os veículos destinados ao transporte público de passageiros, cujos proprietários sejam autônomos.

Parágrafo Único - A insenção de que trata este artigo será para apenas um veículo de cada proprietário autônomo".

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985

(a) AIRTON CORDEIRO.

Apoiamento: Nelson Buffara, Fuad Nacli, Quiêlse Crisóstomo, Péricles Pacheco, Gilberto Carvalho, Basílio Zanusso, Francisco Escorsin, Caíto Quintana, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N. 03

Acrescente-se inciso IV ao artigo 14, com a seguinte redação:

Art.14-.....

I-.....

II-.....

III-.....

IV- Ônibus exclusivamente empregados em linhas de transporte urbano ou na execução dos serviços de transporte rodoviário de pessoas previstos no Art. 6.º, incisos I e II, do Decreto-Lei Federal n. 1.438, de 26 de dezembro de 1975, com a redação dada pelo Decreto-Lei Federal n. 1.582, de 17 de novembro de 1977.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de simples transcrição de dispositivos constante do Decreto-Lei n. 2.068, de 09 de novembro de 1983, que alterou a legislação da Taxa Rodoviária Única (T.R.U.), ora substituídas pelo I.P.V.A., o qual vinha sendo mantido desde 1969, de conformidade com a alínea "J", do artigo 3.º do Decreto-Lei n. 999, de 21 de outubro daquele ano.

Afinal não se poderá permitir que se repasse ao custo da passagem ao usuário, aquilo que o Estado vinha abrindo mão de arrecadar.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE n. 04

Inclua-se onde couber:

"Ficam isentas do pagamento do IPVA os veículos de Transporte Coletivo e Táxis".

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) ODENI MONGRUEL.

Apoio: Sérgio Spada, Nelson Vasconcellos, Mário Pereira, Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com a presente emenda, proporcionar aos usuários do transporte coletivo e de táxis, além do barateamento das respectivas tarifas, melhores condições sociais aos profissionais autônomos do setor, que ficarão isentos do pagamento do IPVA, resultando por certo melhores condições sociais à todos que indistintamente dependem do transporte coletivo em geral.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 05

Acrescente-se o seguinte Artigo:

"Art - Das importâncias arrecadadas em virtude do disposto nesta Lei, 10% (dez por cento) serão destinadas a programas de Assistência ao Menor.

Parágrafo Único - As importâncias destinadas aos programas de Assistência ao

Menor por força desta Lei, ficarão depositadas em Cadernetas de Poupança do Banco do Estado do Paraná até que seja definida a forma de sua aplicação pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) ANIBAL KHURY.

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 06

Acrescente-se ao Artigo 9.º, o seguinte parágrafo:

Parágrafo Único- O tributo deverá ser obrigatoriamente recolhido junto à rede bancária oficial do Estado, ficando a critério da Secretaria de Estado das Finanças firmar convênios com outros estabelecimentos de crédito para o recolhimento do tributo nas praças onde não haja agência bancária da rede oficial do Estado.

Sala das Sessões, em 17 de dezembro de 1985
(a) ANIBAL KHURY.

Apoio: Tadeu Lúcio Machado, Antônio Annibelli, Trajano Bastos, Erondy Silvério.

Estão em discussão as emendas e o projeto.

Em votação a Emenda n. 01, de autoria do Deputado Caíto Quintana. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 02, de autoria do Deputado Airton Cordeiro. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 03, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 04, de autoria do Deputado Odeni Mongruel. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 05, de autoria do Deputado Anibal Khury. Aprovada.

Em votação a Emenda de n. 06, de autoria do Deputado Anibal Khury. Aprovada.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 337/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 231/85), que objetiva alterar a redação dos parágrafos 1.º e 2.º, do art. 5.º, da Lei n. 6.568, de 24.06.74, alterados pelas Leis n. 6.888, de 06.07.77 e 7.229, de 24.10.79, a fim de elevar para 17.500.000 UPCs, o limite autorizativo para o Poder Executivo contrair empréstimos e conceder garantias, no âmbito do Plano Nacional da Habitação Popular-PLANHAP/PR. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 340/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 238/85), que autoriza o Poder Executivo abrir Crédito Suplementar até o valor de CR\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros) alterando o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, destinado a cobrir despesas com obras e instalações. COM PARECERES FAVORÁ-

VEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. Aprovado. (Publicado no D.A.n. 147, de 17.12.85, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Parecer ao Projeto de Lei n. 340/85

Orindo de Mensagem Governamental n. 238/85, o presente Projeto de Lei tem por finalidade abrir um crédito Suplementar até o valor de CR\$ 30.000.000.000 (trinta bilhões de cruzeiros), alterando o orçamento atual do Departamento de Estradas de Rodagem- DER, destinado a cobrir despesas com obras e instalações.

A matéria compete ao Poder Executivo e não possui impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite nesta Casa.

Assim sendo, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
16 de dezembro de 1985.

(aa) TADEU LÚICO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando dispensa da votação da Redação Final aos Projetos em 3.^a Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Aprovado.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)-
Vossa Excelência pode declinar qual o projeto objeto do requerimento do Deputado Anibal Khury?

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa informa. É o Projeto n. 237/85, de autoria do Poder Executivo, que cria cargos de Procurador de Justiça. Não sofreu emendas e foi aprovado em 3.^a Discussão.

Em votação.

O SR.LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Voto favoravelmente.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Em votação. Aprovado.

O SR.PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Ney Rebello Guimarães, ocorrido no dia 08 de dezembro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo faleci-

mento do Senhor Issa Jabur, do Município de Porecatu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Osmar Cardoso, ocorrido no dia 16 de dezembro do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a instalação de um aparelho telefônico na Escola Estadual "General Antonio Sampaio", Ensino de 1.^o Grau, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, parabenizando-o pela instituição, através Projeto de Lei de sua autoria, do Vale-Transporte, sancionado pelo Senhor Presidente da República. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da Itaipu Bi-Nacional, encarecendo atendimento das solicitações para o reassentamento de agricultores sem terras às margens do Lago da Itaipu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Doutor João Olivir Gabardo, pela sua vitória na eleição como presidente do Tribunal de Contas do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo seja enviado a este Poder, o Plano Estadual de Transporte Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Igarassu Landucci Lozada, parabenizando-o pela sua eleição e posse na Presidência da Associação Comercial e Industrial de Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, encarecendo o barateamento

dos óleos combustíveis vendidos aos pequenos agricultores, conforme teor de antiga reivindicação da Confederação Nacional da Agricultura e do Sindicato Nacional dos Transportadores- Revendedores Retalhistas de Óleo Diesel, Óleo Combustível e Querosene. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo o asfaltamento da Rodovia PR- 484, no trecho que liga os Municípios de Quedas do Iguaçu a Três Barras do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, visando providências na liberação dos títulos eleitorais que, desde 1982, encontram-se sob a responsabilidade da Justiça Eleitoral. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando cumprimentos pela passagem do 30.º aniversário do Município de Arapoti. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de congratulações

pela realização do campeonato de pelada 85, com a participação de 353 equipes, ao Senhor Nelson Domingos Comel, intitulado "O Rei do Peladão". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Secretária da Educação, visando a construção de uma nova unidade escolar de 5.ª a 8.ª série do 1.º Grau, no Município de Matinhos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 18, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.s 322/85, 326/85, e dos Projetos de Resolução n.s 169/85, 170//85.

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 244/85.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.s 334/85, 335/85, 336/85, 337/85.

2.ª DISCUSSÃO- do Projeto de Lei n. 340/85
Levanta-se a sessão.